

Roteiro de Entrevista Dipai/Conab

TC 24.338/2015-0

Fiscalis nº 426/2015

Entidade: Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Objetivo da Reunião: Colher Informações sobre a operacionalização da CDS

Participantes: Kelma Cruz e Carla Viana

1. Qual o objetivo da Conab na operacionalização da Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos?

O Programa possui dois operadores MDS e CONAB. A CONAB trata do apoio à comercialização, via Conab mais fácil de produtores poderem participar. Via PGPM esses agricultores não teriam acesso à comercialização. Foco da CONAB é no acesso ao mercado, facilitando.

2. No NOC 30.604 há um mapa de processos que envolve desde a solicitação da Organização Fornecedora para participação na CDS até o efetivo pagamento aos beneficiários fornecedores. Como gestores do Programa, há algum processo ou procedimento que deveria ser otimizado? Todos os processos e procedimentos definidos pela norma são possíveis de serem efetuados por todas as Suregs?

O processo deveria ser em meio eletrônico, menos papel na regional. O controle é manual. As Planilhas que geram relatórios gerenciais para dados deveriam ser em tempo real.

Todos os processos definidos pelo NOC têm possibilidade de serem efetuados, mas a capacitação interna não é ideal. Eles não trabalham apenas com o PAA, nas SUREGS, teve recomendações da CGU, mas não tem área específica. Resistência em usar sistemas, 2500 dos 5000 são reintegrados sua condição de capacitação. Suregs que tem 3 pessoas, falta recursos de pessoal. No site tem livreto com atualização de decretos e regulamentos que são atualizados.

Termo de Cooperação (hoje- TED – Termo de Coop. Descentralizado) era colocado. Recurso de investimento para caminhonetes, impressora para melhorar capacitação. No Termo de Cooperação ou TED – Termo de Coop. Descentralizado combina o investimento, mas agora é anual, antes eram de 3 em 3 anos, 1 ano ficou apertado o tempo para a previsão do que precisava.

3. Há um controle do percentual de Projetos reprovadas em cada fase de verificação? Se sim, quais os dados apurados?

Não existe. As metas da Suregs eles analisam quantas análises foram feitas. Relatório de gestão tem o descentralizado de cada Sureg.

4. Como ocorre a aplicação dos critérios de priorização? Os projetos que não possuem os critérios de priorização e são colocados em segundo plano, normalmente, conseguem êxito na CPR-Doação ou são rejeitados pois sempre há mais projetos com critérios de priorização?

A aplicação depende do estado. As Prioridades são seguidas. Norte – todas comunidades tradicionais.

Exclusivo de mulheres passam na frente desde que tenham documentação completa. A partir desse ano a data 31/08 é limite para entrega de carteiras. A ideia é calendarizar para o ano que vem também. Enquanto tem orçamento não é problema, pois até o fim do ano vai ser controlado.

5. Ao realizar a verificação das informações da Proposta de Participação, quais controles ou procedimentos são adotados para avaliar a participação dos beneficiários fornecedores listados na Proposta? (3.2 e 3.3)

Visita prévia foi inviável pois seria para todo o mundo e os custos não compensariam o Programa. MDA manda base da DAP com dados ativos. Sureg avalia se está ativa. Sufis faz por amostragem a visita vendo se está entregue. O sistema checa automático. DAP não válida bloqueia toda proposta.

6. Todos os nomes listados como possíveis beneficiários fornecedores são checados pela Conab ou a avaliação é aleatória? Se aleatória qual procedimentos dotado para selecionar os beneficiários que serão avaliados? (3.2 e 3.3)

Todos são checados

7. Durante a execução da CPR-Doação a Conab realiza alguma avaliação ou fiscalização para verificar a aderência dos beneficiários fornecedores às normas do PAA? Se sim, quais os procedimentos ou controles adotados para exclusão dos beneficiários com irregularidades? (3.2 e 3.3)

Sufis elabora a fiscalização. Conab verifica a notificação apenas cooperativa, não beneficiário diretamente. Solicita a cooperação quando tem que excluir agricultor ou tomar alguma providência. A notificação vai para a cooperativa quando a dúvida do agricultor, sendo a providência tomada pela cooperativa.

Conab tenta mudar avaliação jurídica para que seja possível a responsabilização do consumidor. O consumidor não assina com a CONAB, não tem como multar o consumidor ou afastar ele por algum desvio de conduta.

8. Ao realizar a verificação das informações prestados na Proposta de Participação, quais aspectos das Unidades Receptoras são avaliados para aceite da Proposta? Quais controles ou procedimentos são utilizados nessa avaliação? (4.1-4.3)

Até 2012 não tinha informações. A Conab não consegue monitorar todos e, campo nas unidades receptoras do projeto.

Enquadrar na Resolução 62 do GGPAA as unidades receptoras seria o ideal para Conab no sistema. No entanto não tem como mapear as unidades receptoras. O gestor (Prefeitura) dá o ok, deve acreditar no OK do gestor, além da assinatura da assistência social. Apenas verificar a 62 e aval dos responsáveis. São Paulo fez procedimento que não está na norma de forma que deu segurança, para CONAB. Recomendação fazer igual SP.

9. Quando são encontradas falhas nas Unidades Receptoras antes da formalização da CPR-Doação, quais procedimentos são adotados pela Conab? (4.1-4.3)

As Sures são responsáveis por realizar a verificação. Na internet não tem verificação automática, a SUREG vai item a item verificando.

10. Como ocorre o acompanhamento e a fiscalização das atividades desenvolvidas pelas Unidades Receptoras na execução da CPR-Doação? Quais procedimentos ou controles aplicados? Há algum indicador de desempenho utilizado para avaliação das Unidades Receptoras? (4.1-4.3)

Existem visitas técnicas que possuem caráter orientativo. As fiscalizações vão na unidade receptora. Não tem indicador de desempenho.

Deveria ter mais controle social verificando. Caso o mercado mude o preço do produto para melhor (lático) eles mudam o PAA (fornece outro produto mais barato) e vende para mercado o produto que tem melhor valor.

11. Há na Conab uma sistemática ou critérios definidos formalmente para a alocação de recursos da Compra com Doação Simultânea entre os estados da federação? (1.3)

Começo do ano fazia uma coleta de expectativa com as SUREGS projeção. Ao longo do ano, a demanda ia sendo alocada e a prioridade era Norte e Nordeste. SDO agrega vários projetos.

Critérios definidos esse ano com falta de dinheiro buscando em informações do ano anterior, definindo as prioridades. Onde é mais pobre tem consumo, mas não tem produção. São Paulo tem maior rede de consumidores, é mais organizado a produção, consegue mais concentração.

Quando apertou a qualidade do fornecimento, vigilância sanitária o Sudeste e Sul saíram na frente, faltando o Norte que não consegue seguir os normativos.

12. Como são definidos os montantes de recursos da CDS a serem alocados em determinado estado da federação? Há definição por parte da Conab ou por parte do GGPA? (1.3)

SESAN do MDS

13. Existe alguma forma de priorização na alocação de recursos em regiões visando o fomento da agricultura familiar ou redução da insegurança alimentar e nutricional? Se sim qual o procedimento a ser adotado para solicitar e realizar tal priorização? (1.3)

Prioridade é definida pelo governo. Até 2009, definição cabia ao MDS/SESAN, por exemplo escola 75%. Migração rede de equipamentos públicos a partir de 2009. Leitura atual é compras públicas. Reduzindo recurso para doação.

14. Na avaliação das informações prestadas na Proposta de Participação, quais procedimentos são adotados para análise da conciliação entre a oferta e a demanda de determinado produto? (5.2 e 5.3)

O sistema não tem trava de quantidade, kg/pessoa e o cronograma do projeto não é obrigatório. Seria bom comprovar se escola tem lugares, poder comprovar se tem mesmo os municípios. Avaliação feita vem sendo do técnico que fiscaliza. A partir de 2015 tem bipartite (que vincula a prefeitura e o controle social) melhorou o acompanhamento pelo envolvimento da prefeitura.

Consumo percapita foi avaliado de colocar no sistema, mas não deu certo pela peculiaridade cada gestão. (Mais família para que no Sul).

15. Como o cronograma de entregas é utilizado para realizar a conciliação entre a oferta e a demanda em uma CPR-Doação? (5.2 e 5.3)

Sureg faz avaliação geral, quando foge muito ao padrão o projeto que é verificado com mais detalhe. O controle é maior durante a operação. O cronograma é apenas indicativo atualmente. As mudanças são maiores em tipos de produto e não quantidade.

Geralmente muda agricultor e produto, e não apenas o cronograma.

Cronograma é mudado todo tempo (fruta, verdura, hortaliça) devido condições de safra, clima, preços, logística, etc.

16. Na execução de uma CPR-Doação há alguma avaliação para analisar se houve descompasso entre a oferta e a demanda (por denúncia ou alteração da CPR)? Se sim qual procedimento adotado na avaliação e quais os resultados apurados pela Conab? (5.2 e 5.3)

Na fiscalização que é verificado. Verifica as NF, ver se tem divergência, ver com o recebedor. Se houve comprovado conduta irregular, tem que ser declarado a irregularidade. No entanto, acontece divergência em informação (prevista batata e foi banana); divergência documental, documento falso quando acontece isso, pois foi assinado TRA, foi pago, e Conab manda para MP e PF.

17. Há, na Conab, o controle do número de CPRs com descompasso entre oferta e demanda? Qual a destinação de eventual excedente de produtos entregues à Unidade Recebedora? (5.2 e 5.3)

Não há na CONAB/BSB esse controle.

18. A Conab possui o Manual de Fiscalização do PAA/CDS em que é definido que no mínimo 10% dos projetos em execução por estado sejam objeto de fiscalização. Esse percentual por estado é respeitado? Há uma conciliação das inconformidades ou irregularidades mais comuns nos projetos por região?

O Cronograma é respeitado. A SUFIS tem o calendário de 2x por ano por região. O mínimo está sendo cumprido. Quando não cumpre o mínimo é oficializado como falta de recurso, etc. Tem que prestar contas. Irregularidades mais comuns vão para diretoria colegiada que a ideia é fazer um "aulão" das mais recorrentes irregularidades. Plano de capacitar as regionais.

19. Após a realização de fiscalização e eventual aplicação de penalidades, houve, na percepção da Conab, melhoria dos projetos de CDS na região? Se sim, há evidências dessa melhora?

O fato de ser escolhido os fiscalizados por sorteio gera a expectativa de controle que demonstra melhoria. Tem registros de quantos eram irregulares e irregular com ressalva, depois verificou números com relativa melhora.

20. Como ocorre a coordenação e o relacionamento horizontal do GGPAa com as demais instituições integrantes do Programa? Existe mecanismos formalmente definidos para essas inter-relações?

Comitê consultivo. MDA e MDS a CONAB são mais articulado. Nas prioridades, estratégia é mais dinâmico. A Receita e MPOG tem outra visão, não aprovando notas técnicas, e outros casos. Com a 62 começou a ter mais participação do comitê em prol de ajudar na concisão do programa.

21. Existe algum mecanismo de articulação e comunicação para o alinhamento de estratégias e operações das organizações envolvidas no PAA (Conab, GGPAa, MDS, MDA), em especial no Compra com Doação Simultânea?

Existe um alinhamento no começo do ano. Com o Grupo Gestor os alinhamentos são entre os mais próximos FNDE/CONAB/ MDS/MDA. Vídeo conferência, visitas regionais dos ministérios.

22. Como você avalia o alinhamento estratégico (articulação, comunicação e colaboração) da execução da Compra com Doação Simultânea do PAA?

O Programa é complexo e a Conab necessita de auxílio.

23. Na sua opinião a falta de um representante da Conab no Grupo Gestor do PAA afeta a percepção do GGPAa quanto às atividades desenvolvida das pela Companhia na execução do Programa? O representante do MAPA é capaz de representar os interesses da Conab ao Grupo Gestor?

A Conab participa do Grupo Gestor, como representado do MAPA.

24. Como você avalia o acompanhamento e monitoramento realizado pelo GGPAa e suas instâncias sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, em especial a Compra com Doação Simultânea?

Esse ano houve apenas uma reunião. Eram discutidos mais reajuste de preços e não tinha preocupação com monitoramento. Preocupação interligam Sistema Estado/ Município com a Conab. MDS é que faz o monitoramento/ acompanhamento. Preocupação mais com dinheiro/ planejamento por parte do GGPAa.

25. Quais oportunidades de melhoria você indicaria para o maior sucesso do Programa de Aquisição de Alimentos, em especial da Compra com Doação Simultânea?

Junção com outras políticas públicas, maior qualificação. Importante criar setor específico da agricultura familiar dentro de cada SUREG, pessoal para prestação de contas monitoram, acompanhamento. Setor de Agricultura Familiar não tem muita proteção no Regimento Interno. Programa está no mapa estratégico mas não é valorizado institucionalmente, ficando ofuscado.